

RELATÓRIO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Trata-se de impugnação ao edital da **Pregão Eletrônico nº 001/2025-PMI**, cujo objeto é o Registro de Preços para futura aquisição de material permanente, **IMPETRADA** pela empresa **CISTEM - COMERCIO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ. nº 56.129.576/0001-08.

1 - DA ADMISSIBILIDADE

Inicialmente, cumpre registrar e transcrever o contido no **item XVII e seus subitens**, do Edital:

XVII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

*17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo envio ao e-mail **licitacao@itarana.es.gov.br**, com cópia para **cplitarana@gmail.com**.*

a) CPF ou RG, em se tratando de pessoa física ou CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, devendo informar o e-mail e o telefone para contato;

b) Procuração (quando for o caso);

c) Atos Constitutivos, em se tratando de pessoa jurídica.

17.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

17.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

A sessão de abertura foi marcada para o dia **13/02/2026**, às **09h00min**,

conforme publicações do aviso de licitação em **30/01/2026**, constantes nos autos do processo, sendo contado e respeitado os **08 (oito) dias úteis** para a modalidade Pregão, para aquisição de bens, conforme letra "a", inciso I do artigo 55 da Lei 14.133/2021.

A impugnação foi apresentada dia **06/02/2026**, registrado recebimento às **12h55m** (retificada 06/02/2026 - 12h57m), por meio do Portal de Compras Públicas: ou seja, dentro do prazo estipulado no edital, portanto, **TEMPESTIVA**.

Gostaria de pontuar inicialmente que o documento apresentado pela empresa **CISTEM - COMERCIO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ. nº 56.129.576/0001-08, está em nome de outra empresa 317 IMPORTS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ 39.327.193/0002-06, sem data, hora e assinatura digital por parte da Recorrente, o que caracteriza como documento apócrifo.

Em situação semelhante, o Poder Judiciário tem decidido que:

"Apócrifa. Petição de impugnação de documentos desprovida de assinatura dos procuradores da parte, é ato processual inexistente, sem qualquer valor o seu conteúdo. (TRT-6 – RO: 628200200606000 PE 2002.006.06.00.0. Data de Publicação: 11112/2002)."

O fato de a impugnação ser apócrifa e duvidosa, a princípio, impede o seu recebimento e eventual provimento, de forma que a mesma deve ser rejeitada, o que, todavia, não obsta a análise de ofício das circunstâncias tangentes ao edital em baila, com vistas ao melhor atendimento ao interesse público e, em respeito ao inciso XXXIV, letra *a*, do art. 5º da Constituição da República, que prevê o direito de petição, irei formalizar manifestação acerca do teor da Impugnação.

2 - DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE E PEDIDO

1. Análise do documento de Impugnação (Empresa 317 Imports)

A empresa impugnante argumenta, em síntese, que o descritivo técnico do **Item 36 (Lote 66)** — Fragmentadora de Papel — apresenta as seguintes irregularidades:

- a) **Restrição à Competitividade e Direcionamento:** O requisito de "alimentador automático" (gaveta para 150 folhas) restringiria o mercado a apenas dois fabricantes (Tilibra/Rexel e Aurora), configurando possível direcionamento em um mercado que possui ampla oferta de modelos convencionais.
- b) **Baixa Qualidade Técnica:** Alega que os modelos com alimentador automático utilizam componentes internos de plástico (engrenagens e pentes), o que reduz a durabilidade e eficiência em comparação a modelos convencionais robustos com componentes metálicos.
- c) **Inconsistência entre Preço e Especificação:** O valor de referência (R\$ 2.511,33) estaria muito abaixo do preço de mercado dos modelos que possuem gaveta automática (aprox. R\$ 4.000,00), o que levaria ao fracasso do item ou à desclassificação de propostas.
- d) **Baixa Produtividade:** Aponta que, apesar da gaveta para 150 folhas, a capacidade real de corte é de apenas 8 folhas por vez, com necessidade de longos períodos de resfriamento (regime intermitente)

3 - DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO.

De pronto, é importante destacar que os atos praticados pela Administração em seus procedimentos licitatórios, obrigatoriamente, devem ser pautados pelos princípios da isonomia e da legalidade. Nesse sentir, a realização do certame atende aos princípios licitatórios.

Ademais, o Edital foi previamente cancelado pela Assessoria Jurídica, o que demonstra zelo pelo cumprimento da legislação vigente e princípios que regem os atos da Administração Pública.

Por se tratar de questão de ordem técnica, este Agente de Contratação solicitou manifestação da área competente no âmbito deste Município, junto ao administrativo da **Secretaria Municipal de Administração e Finanças** (unidade administrativa responsável pela elaboração dos documentos iniciais de Planejamento), através da Comissão de Planejamento das Contratações (Portaria municipal 1493/2024 e 1494/2024), **a qual assim se pronunciou:**



Fwd: Re: Fwd: Impugnação – Pregão Eletrônico Nº 001/2026-PMI



De Comissão de Planejamento das Contratações - Itarana/ES
<cpc@itarana.es.gov.br>
Para Licitações - Itarana ES <licitacao@itarana.es.gov.br>
Data 10/02/2026 15:53

Boa tarde!

Encaminha-se, para ciência e providências cabíveis no âmbito do certame em curso, a manifestação apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde (Semus) referente à impugnação formulada pela empresa 317 Imports Comércio Importação e Exportação Ltda., relacionada ao item 36 do Lote 66 – Fragmentadora de Papel.

Na resposta encaminhada, a Semus solicitou a retirada do referido item do certame, com a consequente opinião pelo fracasso do Lote 66 no momento da abertura da sessão, fundamentando-se nas alegações constantes no pedido de impugnação, que apontam possíveis inconsistências e vícios no Termo de Referência vinculados ao item.

At.te.

Breno Fiorotti Mauri | Presidente da CPC
Alex Sander Casagrande Hanstenreiter | Membro da CPC

Portaria nº 1.494/2024
Prefeitura Municipal de Itarana/ES



----- Mensagem original -----

Assunto:Re: Fwd: Impugnação - Pregão Eletrônico Nº 001/2026-PMI
Data:10/02/2026 15:49
De:semus@itarana.es.gov.br
Para:Comissão de Planejamento das Contratações - Itarana/ES <cpc@itarana.es.gov.br>

Boa tarde!

Prezados,

Cumprimentando-os cordialmente, vimos por meio deste solicitar a retirada do item 36 do Lote 66 - Fragmentadora de Papel do certame, cujo objeto trata da aquisição de material permanente, com a consequente opinião pelo fracasso do referido lote no momento da abertura do certame.

A presente solicitação fundamenta-se no pedido de impugnação apresentado pela empresa 317 Imports Comércio e Importação e Exportação LTDA, pessoa jurídica de direito privado, no qual foram apontadas inconsistências e vícios no Termo de Referência relacionados especificamente ao mencionado lote.

Após análise técnica e administrativa, constatou-se que as irregularidades indicadas comprometem a regularidade e a competitividade do Lote 66, não sendo possível a sua manutenção no certame sem prejuízo aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade e eficiência, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que a retirada pontual do referido lote não compromete o prosseguimento do certame quanto aos demais itens, os quais permanecem regulares e aptos à disputa, em observância ao princípio do parcelamento do objeto e ao aproveitamento dos atos administrativos válidos.

Diante do exposto, opina-se pelo fracasso do Lote 66 na abertura do certame, com posterior adoção das medidas administrativas cabíveis para a adequada revisão e futura republicação, se assim entender essa Secretaria.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Cordialmente,

Oscar Neto de Lima
Assistente Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde de Itarana/ES
(027) 3720-4633

Em 09/02/2026 13:54, Comissão de Planejamento das Contratações - Itarana/ES escreveu:

Prezados(as),

Em atenção à impugnação apresentada pela empresa 317 Imports Comércio Importação e Exportação Ltda., referente ao **item 36 do Lote 66 - Fragmentadora de Papel**, constante do edital em curso, a Comissão de Planejamento das Contratações (CPC) procede à análise preliminar dos argumentos apresentados, os quais questionam a adequação técnica, a competitividade e a compatibilidade de mercado das especificações do item.

Ressalta-se que a CPC atua na consolidação formal das informações técnicas fornecidas pelas unidades demandantes, cabendo à Secretaria Municipal de Saúde (Semus), enquanto requisitante do item, a definição da necessidade administrativa, a validação das especificações técnicas e a justificativa funcional do objeto, nos termos do planejamento setorial e da realidade operacional da unidade.

A impugnação sustenta, em síntese, que o descritivo do item pode remeter a modelo específico de fragmentadora automática com alimentador do tipo autoseed (gaveta para 150 folhas), especialmente o modelo Tilibra GBC/REXEL 150X, o que, segundo a alegação, poderia restringir a competitividade.

Adicionalmente, a impugnante aponta que:

- A capacidade de 150 folhas corresponderia ao compartimento da gaveta, e não à capacidade real de corte simultâneo, estimada em cerca de 8 folhas por vez;
- O valor referencial estimado no edital estaria inferior ao preço de mercado do modelo correspondente, podendo resultar em fracasso do item ou desclassificação de propostas;
- O uso de alimentador automático seria uma característica supérflua, capaz de limitar a concorrência frente a modelos convencionais mais amplamente ofertados no mercado;
- O equipamento descrito possuiria componentes internos em plástico (engrenagens, pentes raspadores e lâminas), o que, segundo a alegação, reduziria a durabilidade e a robustez do bem;
- O Termo de Referência (TR) não estabeleceria requisitos mínimos quanto ao regime de funcionamento contínuo, podendo permitir a oferta de máquinas de regime intermitente, com pausas prolongadas para resfriamento do motor;
- O descritivo também não especificaria o material mínimo das engrenagens e do sistema de corte, o que poderia viabilizar a oferta de equipamentos de menor resistência;
- Há alegação de que a manutenção das especificações atuais pode ensejar risco de contratação antieconômica ou de baixa eficiência, com possível impacto na durabilidade do equipamento;
- Foram citados precedentes administrativos e jurisprudenciais que, segundo a impugnante, indicam cancelamento ou retificação de editais em hipóteses semelhantes, envolvendo fragmentadoras do tipo autoseed.

Diante exclusivamente dessas alegações, solicita-se que essa Secretaria se manifeste, limitando-se aos pontos levantados na impugnação, especialmente quanto:

1. À necessidade técnica de exigir fragmentadora automática com alimentador do tipo autoseed, conforme o descritivo atual;
2. À correlação entre a capacidade informada (150 folhas) e a capacidade real de fragmentação simultânea do equipamento pretendido;
3. À adequação do valor estimado frente ao preço de mercado dos modelos compatíveis com as especificações do edital;
4. À existência ou não de direcionamento involuntário para modelos específicos de mercado;
5. À adequação do regime de funcionamento do equipamento (contínuo ou intermitente) em relação ao uso pretendido;
6. À necessidade de especificação mínima quanto ao material das engrenagens e do sistema de corte;
7. À compatibilidade das exigências do edital com os princípios da competitividade, economicidade e eficiência, conforme os riscos apontados na impugnação.

A manifestação técnica será incorporada à instrução do processo para subsidiar a análise da impugnação e sua eventual deliberação.

CAMPO

INFORMAÇÃO

LOTE	00063
ITEM	Fragmentadora Automática
DESCRIÇÃO RESUMIDA DO OBJETO	Fragmentadora automática 127V, corte em partículas
DESCRIÇÃO TÉCNICA DO EDITAL	Fragmenta no mínimo 5 páginas no compartimento manual e mínimo de 120 folhas no modo automático; destrói cliques e grampos pequenos fixados em papéis; tritura cartões magnéticos; cesto com capacidade mínima de 25 litros; recurso de economia de energia; funcionamento silencioso; dimensões mínimas: (L) 305 mm x (A) 413 mm x (P) 445 mm; garantia mínima de 1 ano.
TENSÃO ELÉTRICA	127V
TIPO DE CORTE	Partículas
VALOR UNITÁRIO REFERENCIAL (EDITAL)	R\$ 2.511,33
QUANTIDADE PREVISTA	04 unidades.

At.te.

Breno Fiorotti Mauri | Presidente da CPC
Alex Sander Casagrande Hanstenreiter | Membro da CPC

—
Portaria nº 1.494/2024
Prefeitura Municipal de Itarana/ES



----- Mensagem original -----

Assunto: Impugnação - Pregão Eletrônico Nº 001/2026-PMI
Data: 09/02/2026 09:54
De: licitacao@itarana.es.gov.br
Para: Comissão de Planejamento das Contratações <cpc@itarana.es.gov.br>

Bom dia!

Informo que foi recebido pedido de Impugnação ao Edital, pela empresa **CISTEM - COMERCIO E SERVICOS LTDA - CNPJ: 56.129.576/0001-08.**

Por se tratar de ordem técnica encaminho este e-mail para conhecimento, análise e subsídios formais aos responsáveis pela elaboração dos documentos iniciais de planejamento, para a devida decisão e resposta para a empresa.

Solicito retorno até o expediente do dia **10/02/2026 as 15h00min.**

No silêncio, o mesmo será suspenso dia **10/02/2025 as 15h15min.**

IMPUGNAÇÃO

AO ILMO SR PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 -
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA/ES
ref.: pregão eletrônico nº 01/2026
objeto: aquisição de fragmentadoras de papel – item 36, lote 66

A 317 IMPORTS COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ: 39.327.193/0002-06, vem à presença do Ilmo. Sr. Pregoeiro responsável, neste ato representada por quem ao final esta subscreve, apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL em epígrafe, nos termos do art. 24 do Decreto Federal n.º 10.024/2019, bem como nos princípios básicos que regem a Administração Pública e aqueles inerentes ao procedimento licitatório, nos fatos e fundamentos jurídicos a seguir na peticao em anexo:

IMPUGNAÇÃO EM ANEXO

Atenciosamente,

MARCELO RIGO MAGNAGO
Pregoeiro e Agente Contratação
Prefeitura Municipal de Itarana/ES
Contatos: (27) 3720-4605 - Fixo / PMI
Celular: (27) 99705-0575
E-mails:
licitacao@itarana.es.gov.br
cplitarana@gmail.com

Quanto ao mérito da exigência, tratando-se de matéria de ordem técnica, limito-me a acolher a manifestação da unidade demandante.

4 DA DECISÃO

4.1 DO CONHECIMENTO:

CONHECER a impugnação apresentada pela empresa **317 IMPORTS COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA (CISTEM - COMERCIO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ. nº 56.129.576/0001-08), uma vez que, embora apresentada de forma "**Apócrifa e Duvidosa**", o princípio da autotutela administrativa e o dever de zelar pela legalidade do certame sobrepõem-se ao formalismo excessivo, permitindo a análise dos vícios apontados que podem comprometer a higidez da disputa.

4.2 DO MÉRITO:

No mérito, **JULGÁ-LA PROCEDENTE**, diante da manifestação da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) e da Comissão de Planejamento das Contratações (CPC), que reconheceram que o descritivo técnico do **Item 36 (Lote 66)** apresenta requisitos que restringem indevidamente a competitividade e desalinham o objeto dos preços de mercado praticados, ferindo o art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

4.3 DAS PROVIDÊNCIAS E CONCLUSÃO:

Determinar o **CANCELAMENTO (EXCLUSÃO)** do **Item 36 (Lote 66)** do Pregão Eletrônico nº 001/2026, a fim de evitar prejuízos ao erário e nulidades futuras. O setor requisitante deverá proceder à readequação do Termo de Referência e à realização de nova pesquisa mercadológica para posterior contratação em certame apartado ou mediante adendo, se for o caso.

4.4 DO PROSSEGUIMENTO:

O certame deverá **prosseguir normalmente** em relação aos demais itens e lotes remanescentes, sem necessidade de suspensão do calendário original, visto que a exclusão do lote em questão não altera a formulação das propostas dos demais objetos.

É como decido

Itarana/ES, 03 de março de 2026

MARCELO RIGO MAGNAGO

Agente de Contratação

Portaria nº 070/2025